

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO INICIAL nº 267/2022
PROCESSO 127/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022

I - EMENTA

Direito administrativo. Contratação. Pregão Eletrônico. Licitação compartilhada. Aquisição de tablets, visando atender às necessidades dos municípios consorciados ao CONIMS: Campo Erê/SC, Chopinzinho/PR, Clevelândia/PR, Coronel Domingos Soares/PR, Honório Serpa/PR, Irati/SC, São João/PR, Palmas/PR e Pato Branco/PR.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico nº 19/2022, para o exame da sua regularidade e para que com isso se possa dar início à fase externa do processo licitatório.

III- RELATÓRIO

Para exame e parecer dessa procuradoria, o setor de Licitações, encaminhou o pregão eletrônico nº 19/2022.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Justificativa– Evento 02
- 02) Ofícios SESA e Municípios – eventos 03, 3.1 e 3.2
- 03) Solicitação inicial – evento 04
- 04) pesquisa de preços – evento 4.1
- 05) Cesta de preços- evento 4.2
- 06) Resolução Sesa – evento 4.3
- 07) Solicitação de Contratação de materiais– Evento 05
- 08) Parecer Contábil – evento 06
- 09) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 07
- 10) Ato de Consórcio – evento 08
- 11) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 12) Solicitação de Parecer – evento 10

É o relatório.

IV– DO PARECER

Primeiramente cabe destacar que a análise consignada neste parecer se atém às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, descritivo dos bens, cuja exatidão deverá ser verificada pelos Municípios requisitantes, os setores responsáveis e autoridade competente da Autarquia, em especial quando houver indicação de marca específica, a qual deve ser acompanhada da devida e prévia justificativa técnica.

a) Da Justificativa da Contratação

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível aos gestores interessados e à autoridade competente deste CONIMS avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

b) Da Modalidade Eleita

No mérito, a modalidade utilizada – Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, está de acordo com o art. 1º, da lei 10.520/02, obedecendo assim, nesse ponto, os aspectos da legalidade, vejamos:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

No processo licitatório em análise, pretende-se a aquisição de bens passíveis de descrição por critérios de mercado, classificados como “bens comuns”¹, conforme se depreende do Termo de Referência e do descritivo de solicitação de materiais. Alerta-se para a necessidade de indicação de requisitos habilitatórios condizentes com a natureza de cada objeto, dada a diversidades de bens inseridos no Edital.

Assim sendo, nota-se que o setor de licitações observou devidamente as exigências legais para a realização do presente processo licitatório e que o procedimento em análise encontra-se devidamente autuado, protocolado e numerado, inexistindo nesse ponto inconformidades.

Constam também nesses autos: a indicação do recurso orçamentário para a despesa, consoante parecer contábil, a definição da modalidade licitatória, e a autorização da autoridade competente,

¹Na concepção de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30)

para esta licitação. A formação do preço foi realizada por meio de ampla pesquisa de mercado, com indicação da realidade de mercado.

Sobre o preço indicado nos autos (cesta de preços), foi afirmado na Justificativa de evento 2, que os valores achados nas pesquisas são superiores ao indicado pela SESA, contudo, tal parâmetro não se mostra impeditivo à aquisição, em especial se analisado o teor da Resolução SESA 773/2019, que dispõe sobre a Adesão dos Municípios ao incentivo financeiro de investimento para a aquisição de equipamentos para as Unidades de Atenção Primária, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, nos seguintes termos:

*“Art. 4º. Os recursos dos incentivos financeiros **devem ser integralmente utilizados** para aquisição de equipamentos para as Unidades de Atenção Primária, de acordo com a relação constante no Anexo I desta resolução, **para uso exclusivo em Unidades de Atenção Primária do Programa de Qualificação da Atenção Primária.**”*

*§ 1º. Os municípios definirão, de acordo com sua necessidade, os itens e as quantidades a serem adquiridas, **submetendo ao Conselho Municipal de Saúde para aprovação.** As solicitações também deverão ser aprovadas em cada Comissão Intergestores Regional – CIR.*

§ 2º. Os municípios deverão solicitar a sua adesão ao incentivo por meio de expediente encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde justificando a necessidade e indicando a destinação na aplicação do recurso pretendido segundo o objeto desta Resolução.

*§ 3º. Os municípios poderão solicitar equipamentos **de valor acima do valor aprovado por esta Resolução**, assumindo a diferença com recurso próprio a título de contrapartida do Município, desde que os equipamentos constem na lista do Anexo I desta Resolução, e relacionado no Termo de Referência, modelo Anexo I, do Termo de Adesão.*

Cabe aos Municípios do Paraná, requisitantes desta aquisição, cumprir com as exigências indicadas na referida Resolução, bem como nas que a seguiram.

c) Da Licitação Compartilhada

Verifica-se que o presente processo versa sobre o instituto da Licitação Compartilhada, cabendo a este Consórcio promover tão somente os **atos iniciais** do processo de licitação para aquisição de bens relacionados com sua missão institucional, para que os Municípios realizem, a partir da definição do melhor licitante, **a respectiva contratação**, o que foi devidamente observado pelo Edital.

Trata-se de instituto com previsão legal contida no artigo 17, da Lei Federal n. 11.107/05, que incluiu § 1º, no artigo 112, da Lei Federal 8.666/93, o seguinte:

“§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.”

O referido artigo 112, §1º da Lei Federal 8.666/93, tem por objetivo a realização de uma só licitação envolvendo mais de um órgão ou entidade com o fim de atender necessidade comum a ambos, desde que vinculados ao serviço público de saúde. Tal condição deve ser aferida pelo ente solicitante e não pelo CONIMS, acrescida das exigências da SESA, quando for o caso.

Vale destacar, finalmente, que a indicação de recurso orçamentário pelo CONIMS, de seu orçamento, serve tão somente como cumprimento de exigência financeira, uma vez que o efetivo pagamento será realizado pelos Municípios. Nesse sentir, os referidos entes devem indicar a fonte de custeio e a dotação orçamentária e, caso não tenha havido o cumprimento por todos, que se supra tal exigência.

Dessa forma, no que se refere ao plano de legalidade observa-se que até o momento todos os procedimentos exigidos foram obedecidos, estando a presente licitação de acordo com o que estabelece as leis 8.666/93, da lei 10.520/02 e da Lei 11.107/2005.

Sugere-se a inserção do seguinte ponto do Edital, especialmente seu Termo de Referência, item 26 – Disposições Gerais:

26.17. As comunicações entre o CONIMS e o Licitante participante, seja no âmbito da licitação seja em eventual processo administrativo apuratório de responsabilidade dela decorrente realizar-se-á, preferencialmente, de forma eletrônica, cabendo ao Licitante/Contratado manter seu email de cadastro junto ao CONIMS atualizado, eis que será utilizado como ferramenta de comunicação entre as partes.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esta procuradora se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pelo prosseguimento do feito, com as sugestões indicadas.

Pato Branco, 02 de junho de 2022.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313